

# OS CICLOS SISTÊMICOS DE ACUMULAÇÃO NA OBRA DE GIOVANNI ARRIGHI: A CRISE DE 2008, O FIM DA HEGEMONIA NORTE- AMERICANA E A POSIÇÃO DA CHINA<sup>1</sup>

Analúcia Danilevicz Pereira<sup>2</sup>  
Igor Estima Sardo<sup>3</sup>

## Introdução

Giovanni Arrighi, falecido em 2009, deixou um legado importantíssimo para a explicação das dinâmicas de poder nas relações internacionais e a formação do Moderno Sistema Mundial. Partindo dos ciclos sistêmicos de acumulação (CSAs) como ferramenta teórico-conceitual, Arrighi utiliza a fórmula geral do Capital, de Karl Marx, para conceituar os CSAs e suas sucessões, como o processo que regula as relações entre as potências capitalistas do Sistema-Mundo.

Para Arrighi, cada ciclo é formado por um momento de expansão material e comercial (D-M), o qual é interrompido por um momento de crise do capitalismo, abrindo espaço a uma expansão financeira deste ciclo (M-D') para, então, finalmente, alcançar uma última crise e seu ocaso. Terá, a partir daí tem início um novo ciclo:

[...] chamaremos o início de cada expansão financeira [...] de 'crise

---

<sup>1</sup> Este artigo é baseado no Trabalho de Conclusão de Curso em Relações Internacionais na UFRGS de Igor Estima Sardo, orientado pela profa Dra. Analúcia Danilevicz Pereira (Sardo 2021a). De maneira correlata, o artigo se baseia no livro eletrônico publicado pelo Instituto Sul-Americano de Política e Estratégia (ISAPE) (Sardo 2021b).

<sup>2</sup> Professora associada do Departamento de Economia e Relações Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Brasil.

<sup>3</sup> Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Brasil. E-mail: igorsardo@gmail.com.

*sinalizadora* [...] do regime de acumulação dominante. [...] Essa crise é o ‘sinal’ de uma crise sistêmica subjacente mais profunda, que, no entanto, a passagem para as altas finanças previne temporariamente. [...] Chamamos ao evento ou série de eventos que levam a essa superação final de ‘crise terminal’ [...] do regime de acumulação dominante, e consideramos que ela assinala o fim do século longo que abrangeu a ascensão, plena expansão e queda desse regime (Arrighi 2013, 220).

Em sua obra *O Longo Século XX: Dinheiro, poder e as origens do nosso tempo* (2013), na qual o autor discute a sucessão de ciclos, há a preocupação com o desenvolvimento do último ciclo em análise – o norte-americano –, o qual já havia vivido uma crise sinalizadora em 1973, mas ainda não vivera sua crise terminal. Nesse sentido, o autor se propõe a responder sobre “[...] que forças estão em processo de precipitar a crise terminal do regime de acumulação norte-americano, e em que prazo devemos esperar que ela ocorra, de modo que o longo século XX chegue ao fim” (Arrighi 2013, 220).

Nessa perspectiva, este artigo busca discutir se a crise terminal do ciclo norte-americano já ocorreu e se, logo, o Sistema-Mundo viveria um novo CSA. Como hipótese à questão, assume-se que a crise de 2008 pode ser interpretada como a crise terminal do ciclo norte-americano e que, após este evento, inicia-se um CSA dicotômico entre os Estados Unidos (EUA) e a República Popular da China (RPC), alargando o núcleo orgânico do capitalismo e as instâncias decisórias da economia mundial no G20 (Silver; Arrighi 2011).

Em um sentido mais amplo, o objetivo deste artigo é contribuir para o debate, deixado em aberto após o falecimento de Giovanni Arrighi em 2009 (Harvey 2009), sobre as sucessões de CSAs, as crises sinalizadoras e terminais e as hegemonias do Sistema-Mundo. Este trabalho pretende revisar as principais obras do autor *O Longo Século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo*, *Caos e governabilidade no Moderno Sistema Mundial* e *Adam Smith em Pequim*<sup>4</sup> e analisar o contexto da crise de 2008, tanto suas causas quanto consequências para as relações internacionais.

## Ciclos Sistêmicos de Acumulação (CSA), Crises Sistêmicas e Hegemonias

Os CSAs, conceituados por Arrighi, são o ponto fulcral da sua análise das relações internacionais. Para além de disputas geopolíticas, conflitos armados e questões jurídicas entre nações, “que mascara[m] a luta de

---

4 A publicação da primeira edição de cada obra, no idioma original, ocorreu, respectivamente, nos anos de 1994, 1999 e 2007.

classes [...]” (Marx 2011, 59), as relações internacionais são guiadas por ciclos periódicos do capitalismo que podem ser traçados de volta ao século XV até os dias atuais. Um CSA pode ser resumido da seguinte forma:

Portanto, a fórmula geral do capital apresentada por Marx (DMD’) pode ser interpretada como retratando não apenas a lógica dos investimentos capitalistas individuais, mas também um padrão reiterado do capitalismo histórico como sistema mundial. O aspecto central desse padrão é a alternância de épocas de expansão material (fases DM de acumulação de capital) com fases de renascimento e expansão financeiros (fases MD’). Nas fases de expansão material, o capital monetário “coloca em movimento” uma massa crescente de produtos (que inclui a força de trabalho e dívidas da natureza, tudo transformado em mercadoria); nas fases de expansão financeira, uma massa crescente de capital monetário “liberta-se” de sua forma mercadoria, e a acumulação prossegue através de acordos financeiros (como na fórmula abreviada de Marx, DD’). Juntas, essas duas épocas, ou fases, constituem um completo *ciclo sistêmico de acumulação* (DMD’) (Arrighi 2013, 6).

É importante notar que cada ciclo é movido sob os auspícios de uma classe capitalista de um Estado, sendo este o centro dinâmico de um CSA específico. Ainda que o autor não desenvolva um conceito bem definido de Estado no contexto das sucessões de CSAs, pode-se resumi-lo como uma “máquina governamental burocrático-militar” (Marx 2011, 149), que atende aos interesses da classe dominante (Lênin 2017; Engels 2019). O Estado, assim, é agente transformador da base material, tão ativo quanto as classes revolucionárias da burguesia do século XV (Huberman 1979).

Desta forma, para Arrighi (2013), o Estado, junto à classe dominante, cumpre papel decisivo nas transições de CSAs, na economia mundial, na disputa de poder intercapitalista e, logo, nas relações internacionais. Este papel do Estado fica evidente nas instituições que este constrói para fomentar o pleno desenvolvimento de cada CSA, tais como uma autoridade monetária que garanta uma moeda competitiva e fomenta expansões de crédito; uma bolsa de valores que capte poupança externa; a internalização de custos de ciclos predecessores; a sustentação de sistemas diplomáticos e a construção de mecanismos de coerção – custeio das forças armadas – e de consenso – custeio de um sistema financeiro internacional (SFI) (Arrighi 2013).

Na história do Moderno Sistema Mundial, Arrighi identifica quatro ciclos: o ibero-genovês (1453-1648), o holandês (1580-1784), o britânico (1740-1929) e o norte-americano (desde 1870). Ademais, a partir do excerto anterior, percebe-se que um ciclo se constitui de dois momentos: uma expansão

material, na qual o Estado dominante consegue concentrar e controlar as cadeias globais de valor e ciclos de insumo-produto, guiando o processo de acúmulo de capital em escala mundial; e uma expansão financeira, momento o qual o CSA se encontra em declínio, porque a classe capitalista deste Estado não tem mais incentivos em repor o capital circulante, uma vez que há uma forte pressão sobre os lucros, e passa a aproveitar o capital portador de juros, o qual financia uma expansão material em outro espaço (Arrighi 2013).

De fato, é importante notar que os ciclos se sobrepõem um ao outro, haja vista que a expansão financeira de um CSA declinante financia, quase que involuntariamente, a expansão material de um próximo ciclo. Marx, já havia reconhecido essa capacidade de transição de ciclos que o sistema internacional de crédito possui, “que frequentemente encobria uma das fontes da acumulação primitiva neste ou naquele povo” (Marx 2017, 825) e foi responsável pelo início da expansão material, por exemplo, dos:

[...] capitais da Holanda, à qual a decadente Veneza emprestou grandes somas em dinheiro. O mesmo se deu entre a Holanda e a Inglaterra. [...] Um de seus negócios principais, entre 1701 e 1776, foi o empréstimo de enormes somas de capital, especialmente à sua poderosa concorrente, a Inglaterra. Algo semelhante ocorre hoje entre Inglaterra e Estados Unidos (Marx 2017, 825-826).

Algo digno de nota na análise dos CSAs é a composição da hierarquia do poder internacional. O Estado que lidera e coordena um ciclo o faz para aumentar sua capacidade de acúmulo de capital e sobrevivência no sistema internacional. No entanto, esta liderança, nem sempre é acompanhada de legitimidade internacional e, por vezes, Estados concorrentes questionam a ordem de um determinado CSA. Portanto, a liderança de um Estado no processo de acúmulo de capital internacional não é sinônimo de hegemonia no Sistema-Mundo. Para tal, Arrighi deriva seu conceito de hegemonia a partir do conceito gramsciano, que une coerção e consenso à legitimidade da dominação (Arrighi; Silver 2001). Para Gramsci, no nível nacional, “[...] a supremacia de um grupo social manifesta-se de duas maneiras, como ‘dominação’ e como ‘liderança intelectual e moral’. Um grupo social domina grupos antagônicos que tende a ‘liquidar’ ou subjugar, talvez até pela força armada; ele lidera grupos aparentados ou aliados” (Gramsci 1971, 57-58).

É válido fazer esta comparação entre Gramsci no nível nacional e Arrighi no nível internacional. Na luta de classes, seja entre capitalistas e proletários, ou entre centro e periferia, a disputa nunca é direta, mas sempre mascarada e amortecida pelo nível político de análise e pelos elementos

intermediários a esta luta: seja a pequena burguesia em nível nacional, seja a semiperiferia no contexto internacional. Assim, quando Gramsci escreve que a hegemonia “lidera grupos aparentados ou aliados”, citando indiretamente a pequena burguesia, Arrighi também caracteriza a hegemonia como um líder para um centro de desenvolvimento assemelhado:

[...] quando falamos de liderança em um contexto internacional, o termo [hegemonia] é usado para designar dois fenômenos muito diferentes. Por um lado, é empregado para designar o fato de que, em virtude de suas realizações, um Estado dominante torna-se o “modelo” a ser imitado por outros e, com isso, os atrai para sua própria via de desenvolvimento (Arrighi e Silver 2001, 35).

Ademais, quando a hegemonia arrasta outros Estados para sua via de desenvolvimento, constitui um núcleo orgânico – uma espécie de condomínio global de poder. Desta forma, o núcleo orgânico do capitalismo:

[...] compõe-se de todos os países que, mais ou menos no último meio século, ocuparam sistematicamente as posições mais elevadas na hierarquia global do valor adicionado e, em virtude dessa posição, estabeleceram (individual e coletivamente) os padrões de riqueza que todos os seus governos procuravam manter e que todos os outros governos buscavam atingir. Em linhas gerais, os membros do núcleo orgânico, durante o ciclo norteamericano, foram a América do Norte [EUA e Canadá], a Europa Ocidental [União Europeia e Reino Unido] e a Austrália (Arrighi 2013, 344).

No entanto, se por um lado é fácil de se identificar a faculdade de coerção de um Estado líder – mediante suas capacidades militares –, suas faculdades de consenso são mais instáveis de se sustentar em uma hegemonia. O consenso de uma hegemonia é conquistado por meio da oferta de bens públicos internacionais que podem ser gozados por todos os Estados no processo de acúmulo de capital. Estes são, para Arrighi, como:

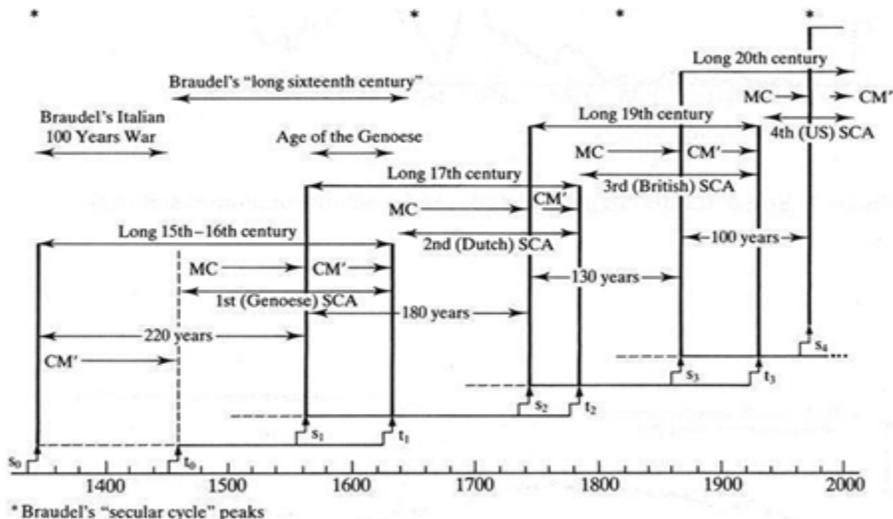
[...] ‘bens comuns’, tais como a proteção do comércio marítimo e o levantamento e mapeamento dos oceanos do mundo [no século XIX]. Graças a essa percepção, em vez de inspirar questionamentos, a dominação britânica obteve uma grande parcela de aceitação voluntária entre as nações ocidentais (Arrighi; Silver. 2001, 69).

Contudo, estes bens comuns são difíceis de se sustentar, uma vez

que representam um fardo para a hegemonia. Eles só são úteis quando os ganhos deste fardo excederem os custos de se ser uma hegemonia incontestada. Analisando-se a sucessão de CSAs e de hegemonias, o bem público internacional recorrentemente mais demandado é um Sistema Financeiro Internacional (SFI) ordenado e regulado, pois este harmoniza o processo de acúmulo de capital nas cadeias globais de valor e evita instabilidades financeiras (Eichengreen 2011).

Por ser custoso sustentar tais bens públicos internacionais e, logo, o consenso que uma hegemonia exige, períodos hegemoniais no Sistema-Mundo se caracterizam pela exceção e não pela regra. De fato, as transições entre CSAs, ainda que sejam paulatinas, são ininterruptas, não havendo período sem um CSA claro, uma vez que o processo de acúmulo de capital é interminável. Por outro lado, as transições de hegemonias são mais morosas e há, ao longo da História do Moderno Sistema Mundial, períodos não hegemoniais, nos quais, embora haja um Estado dominante, este o é sem ser hegemonial. Assim, a hegemonia pode ser considerada como um período áureo de um CSA, no qual há certa harmonia entre os Estados que compõem o núcleo orgânico do capitalismo (Arrighi 2013; Arrighi e Silver 2001).

Figura 1: Séculos Longos e Ciclos Sistêmicos de Acumulação (CSA)



Fonte: Arrighi (2010, 220).

No sentido das transições de CSAs, observa-se pela figura 1 cada um dos quatro ciclos analisados por Arrighi, suas expansões materiais e

financeiras, crises sinalizadoras e terminais e transições de um ciclo para o outro. Na leitura destas transições, Arrighi pontua que há:

[...] (1) um primeiro período de expansão financeira (que se estende de  $S_{n-1}$  a  $T_{n-1}$ ), no decorrer do qual o novo regime de acumulação se desenvolve dentro do antigo, sendo seu desenvolvimento um aspecto integrante da plena expansão e das condições deste último; (2) um período de consolidação e desenvolvimento adicional do novo regime de acumulação (que vai de  $T_{n-1}$  a  $S_n$ ), no decorrer do qual seus agentes principais promovem, monitoram e se beneficiam da expansão material de toda a economia mundial; e (3) um segundo período de expansão financeira (de  $S_n$  a  $T_n$ ), no decorrer do qual as contradições do regime de acumulação plenamente desenvolvido criam espaço para o surgimento de regimes concorrentes e alternativos, um dos quais acaba por se tornar (no tempo  $T_n$ ) o novo regime dominante (Arrighi 2013, 219-220).

## As Transições de CSAs na História do Moderno Sistema Mundial (1453-1973)

O primeiro ciclo, o ibero-genovês, ocorreu no contexto da transição do feudalismo ao capitalismo, um período nomeado por Marx como acumulação primitiva de capital, no qual ocorreu a falência das relações feudais e a ascensão dos capitais comercial e usurário (Marx 2017). Estes dois movimentos deram origem à proletarianização da classe trabalhadora, à formação dos Estados-nação europeus e ao aperfeiçoamento das redes de comércio de longa distância, sustentada pela classe ascendente de mercadores e banqueiros. Este CSA inicial, por estar inserido em uma fase embrionária do capitalismo, teve muitas peculiaridades, sendo a principal o fato de ser dicotômica, porque era um ciclo “[...] formado por um componente aristocrático territorialista (ibérico) – que se especializou no fornecimento de proteção e na busca de poder – e por um componente burguês capitalista (genovês), que se especializou na compra e venda de mercadorias e na busca de lucro” (Arrighi 2013, 124).

De 1453 a 1557, este ciclo dicotômico passou por sua expansão material, a qual foi interrompida por uma crise sinalizadora em 1557, causada por duas razões principais: (i) pelo aumento dos gastos militares espanhóis e (ii) pela instabilidade das finanças internacionais, quando “[...] a finança deixa de ser sadia para se tornar especulativa” (Corazza 1994, 127). De 1557 a 1648 ocorreu a expansão financeira do ciclo ibero-genovês, por meio de um triângulo comercial, “[...] através do qual os genoveses enviavam prata americana de Sevilha para o norte da Itália, onde a trocavam por ouro e letras de câmbio,

que entregavam ao governo espanhol em Antuérpia em troca dos *asientos* que lhes davam o controle sobre a prata americana em Sevilha” (Arrighi 2013, 134). Porém, novamente a expansão financeira se tornou insustentável após uma crise terminal deste ciclo em 1648, após a derrota militar da Espanha na Guerra dos Trinta Anos e mais uma crise de inadimplência às contas genovesas (Arrighi 2013).

Este primeiro ciclo foi incapaz de edificar uma hegemonia, ainda que a simbiose da Espanha e de Gênova tenha sido dominante nas finanças internacionais de 1453 a 1648. O fracasso deste ciclo em edificar uma hegemonia se deve a dois fatores principais: (i) conflito de política externa e (ii) falta de consenso. Por si só, é impossível haver uma hegemonia compartilhada entre dois Estados, haja vista que nem sempre as políticas externas de ambos os Estados coincidiram. Ademais, o CSA ibero-genovês baseou sua dominação no Sistema-Mundo unicamente na coerção, sem oferecer bens comuns que garantissem um consenso entre as nações capitalistas (Arrighi; Silver 2001).

Pode-se, além disso, caracterizar este primeiro CSA mediante dois aspectos: (i) pelo seu regime de acumulação e (ii) pelo seu sistema político-diplomático. O regime de acumulação ibero-genovês é do tipo extensivo, baseado na anarquia da produção e na hierarquia da circulação, uma vez que o modelo produtivo era composto por guildas, corporações de ofício e monopólios de comércio. Ainda no aspecto produtivo, conquanto este ciclo não tivesse uma bolsa de valores, foi o primeiro a ter uma autoridade monetária que estimulasse expansões de crédito: a *Casa di San Giorgio*, fundada em 1407. Pelo aspecto de seu sistema político-diplomático, este ciclo foi responsável por superar o Sistema Papal de relações internacionais em 1492, iniciando a era das relações bilaterais. Mas, em seu lugar, o Império Espanhol não ofereceu qualquer sistema diplomático novo, tentando controlar a Europa à base da coerção, estabelecendo um novo império no lugar da Igreja de Roma (Arrighi 2013; Kennedy 1988).

No que tange a transição deste primeiro ciclo, durante a expansão financeira ibero-genovesa, abriu-se margem ao início do próximo ciclo da história do Sistema-Mundo: o CSA holandês. A partir de 1581, as Províncias Unidas realizaram um ‘[...] arrocho fiscal ‘invertido’ [à Espanha], através da pirataria e da pilhagem” (Arrighi 2013, 135), financiando o início de sua expansão material e, assim, concentrando em torno de Amsterdã as redes de comércio da Europa. Diferentemente do ciclo predecessor, as Províncias Unidas internalizaram os custos de proteção e conduziram seu domínio com base na coerção de uma marinha poderosa e no consenso de bens comuns, tais como o direito internacional, a balança de poder e uma eficiente rede de comércio e de fretes internacionais. Desta forma, de 1648 a 1713, as Províncias Unidas foram a primeira hegemonia do Sistema-Mundo (Arrighi; Silver

2001):

Falamos em uma hegemonia holandesa no sistema europeu de Estados soberanos, antes de mais nada, porque os holandeses desempenharam um papel preponderante nas prolongadas lutas que resultaram na fundação formal desse sistema pelos Tratados de Westfália de 1648. Os tratados substituíram a ideia de uma autoridade imperial/papal supraestatal pela ideia de que os Estados europeus formavam um único sistema político, baseado no direito internacional e [na balança de poder]<sup>5</sup> [...] (Arrighi; Silver 2001, p. 49).

A hegemonia holandesa – um breve momento de harmonia capitalista e domínio incontestado – se desvanece após o crescimento de marinhas rivais, sobretudo, da britânica, enfraquecendo, logo, o poder de coerção da hegemonia holandesa. Após a Paz de Utrecht, em 1713, a capacidade de coerção holandesa não era mais preponderante, encerrando sua hegemonia, mas não seu ciclo, tampouco sua expansão material. A crise sinalizadora do CSA holandês só ocorreu em 1748, após uma retração comercial sofrida pelas empresas acionárias holandesas, as quais padeciam do mercantilismo europeu. Outras causas da crise foram a escalada militar europeia durante a Guerra de Sucessão Austríaca (1740-1748) e a instabilidade financeira nas casas de câmbio de Amsterdã (Arrighi; Silver 2001).

Desta forma, de 1748 a 1784, a classe capitalista holandesa não logrou mais repor o capital circulante de maneira produtiva e, assim, fugiu para o capital portador de juros, iniciando sua expansão financeira. Tal como na transição de ciclo anterior, o capital declinante das Províncias Unidas financiou a expansão material de um CSA ascendente: o ciclo britânico, o qual já iniciava em 1740. Novamente, a crise terminal do CSA holandês ocorreu em 1784 em circunstâncias semelhantes a crises sistêmicas anteriores: (i) uma derrota militar durante a quarta guerra anglo-holandesa e (ii) mais uma crise de inadimplência para os grandes bancos das Províncias Unidas (Arrighi; Silver 2001).

Uma vez mais, caracteriza-se este CSA mediante dois aspectos: (i) pelo seu regime de acumulação e (ii) pelo seu sistema político-diplomático. O regime de acumulação do ciclo holandês se baseou em um tipo intensivo, formado por empresas de capital acionário, financiadas pela bolsa de valores de Amsterdã, fundada em 1602, e auxiliada pelo *Wisselbank*, autoridade monetária holandesa, fundada em 1609, que fomentava expansões de crédito. Em seu sistema político diplomático, as Províncias Unidas foram responsáveis

---

<sup>5</sup> No original, “no equilíbrio de poder”. Optou-se por substituir por balança de poder para diferenciar do equilíbrio de poderes europeu típico do século XIX, a ser abordado na parte 3.

por iniciar as relações multilaterais na História do Sistema-Mundo, com o Sistema de Westfália (1648-1815), baseado na balança de poder e no direito internacional. Ademais, diferentemente do ciclo predecessor, as Províncias Unidas internalizaram os custos de proteção, não tendo de recorrer a uma simbiose estatal à procura de uma marinha forte, haja vista que a própria marinha holandesa era a mais poderosa do mundo (Arrighi 2013; Arrighi; Silver 2001).

No tocante à transição de ciclos, neste segundo momento, o fim “[...] da ordem hegemônica holandesa do século XVII não resultou, por si só, na criação da ordem britânica do século XIX. A hegemonia mundial britânica só se estabeleceu em decorrência de uma rodada final de luta pelo poder entre Grã-Bretanha e a França” (Arrighi; Silver 2001, 65). Após as Sete Guerras da Coalizão contra a França, a Grã-Bretanha consolidou sua hegemonia, de 1815 a 1914, unindo elementos de coerção – uma poderosa marinha e exército expedicionário – e de consenso – a promoção do primeiro sistema financeiro internacional (SFI) que impulsionou a acumulação capitalista mundial. Este SFI se baseava na tríade de iniciativas de (i) livre mobilidade de capitais internacionais, (ii) câmbio fixo e (iii) rigidez de política monetária (Eichengreen 2011). A partir do CSA britânico, também ocorrera a internalização dos custos de produção – além dos custos de proteção –, uma vez que a Grã-Bretanha não era apenas um entreposto comercial, mas também o maior centro industrial do mundo (Arrighi; Silver 2001).

Esta internalização dos custos de produção ao CSA britânico encerrou o período de acumulação primitiva de capital e deu início a uma fase madura do capitalismo, na qual o capital ganhou vida e passou a interferir diretamente nas crises sinalizadoras e terminais de cada ciclo e, portanto, em suas transições. A expansão material do ciclo britânico foi interrompida em 1873 com o início da primeira crise generalizada do capitalismo mundial, a Longa Depressão de 1873-1896 (Hobsbawm 2011), ou, também chamada por Arrighi como a “[Primeira] Longa Retração” (Arrighi 2008, 126). O início desta depressão econômica, em 1873, marcou a crise sinalizadora do CSA britânico e o começo de sua expansão financeira:

Durante a depressão, intensificaram-se as rivalidades entre as grandes potências, surgiram complexos industrial-militares poderosos demais para que a Grã-Bretanha os controlasse mediante sua política tradicional de equilíbrio de poder, e deflagrou-se uma expansão financeira sistêmica centrada na Grã-Bretanha. Essas tendências atingiram o auge na eclosão da Primeira Guerra Mundial, que marcou o início da segunda fase de transição (Arrighi; Silver 2001, 74).

Esta crise, portanto, reunia as duas causas principais de crises sistêmicas predecessoras: (i) recrudescimento das rivalidades militares e (ii) a instabilidade das finanças internacionais. Ademais a estas causas comuns, há um novo estopim para esta crise: a própria crise do capitalismo. Diferentemente das crises sistêmicas passadas, as quais tinham fatores circunstanciais como estopim da crise, após a internalização dos custos de produção ao CSA britânico, a crise do capital passou a atuar junto ao fator multicausal das crises sistêmicas. Neste contexto, para Paul Sweezy (1983), há dois tipos de crises do capitalismo: (i) crises de compressão dos lucros e (ii) crises de subconsumo.

No caso da longa depressão de 1873-1896, ocorreu uma crise de compressão dos lucros, na qual a produção capitalista não caiu, mas houve uma pressão sobre a taxa de lucro da classe capitalista. Este tipo de crise costuma “[...] provocar longos períodos de expansão financeira que, conforme Schumpeter, fornecem os meios de pagamento necessários para empurrar o sistema econômico para novos canais” (Arrighi 2008, 104), isto é, financiando a expansão material do próximo CSA. Contudo, embora a crise tivesse abalado a indústria britânica, seu SFI ainda permaneceu funcional, garantindo a sustentação da hegemonia britânica, uma vez que seus elementos de coerção e consenso ainda eram operacionais (Arrighi; Silver 2001).

Entretanto, a hegemonia britânica se dissipou após a Primeira Guerra Mundial, em 1918, quando já não possuía seus elementos de coerção e consenso. De um lado, a desafiante Alemanha não foi derrotada no teatro de operações da guerra, mas sim por causa de uma revolução social dentro de suas próprias fronteiras; por outro lado, após o conflito, a reestruturação do SFI britânico era insustentável, esfacelando, igualmente, o consenso capitalista que havia em torno de Londres. Finalmente, em 1929 ocorreu a crise terminal do CSA britânico, reunindo novamente elementos típicos de uma crise sistêmica: (i) aumento do protecionismo internacional e da competição intercapitalista, ocasionada pelo desequilíbrio de poder pós-1918, e (ii) instabilidades inerentes à financeirização, entre elas o retorno paulatino e desequilibrado ao padrão-ouro (Arrighi; Silver 2001). Além destas características recorrentes a crises sistêmicas, a crise de 1929 pode ser considerada uma crise de subconsumo do capitalismo, na qual a produção é derrubada de uma só vez e há uma rápida espiral de desemprego, queda na renda e congelamento do sistema de crédito (Gazier 2019; Sweezy 1983).

Igualmente, pode-se identificar dois elementos que caracterizaram este ciclo: (i) o regime de acumulação e (ii) o sistema político-diplomático. O regime de acumulação do ciclo britânico se baseou em um tipo extensivo, composto por empresas familiares pouco integradas verticalmente, que eram auxiliadas pelo Banco da Inglaterra, fundado em 1694, autoridade monetária

que fomentava expansões de crédito. Em seu sistema político diplomático, a Grã-Bretanha estruturou o Sistema de Viena (1815-1914), calcado no equilíbrio de poderes, o qual, embora tivesse competição militar, foi um período de paz no concerto europeu (Arrighi; Silver 2001).

A crise terminal do CSA britânico deu lugar ao último CSA analisado por Arrighi: o ascendente ciclo norte-americano. A expansão material deste ciclo iniciara na década de 1870, após os EUA terem apaziguado suas contradições de classe com o fim da Guerra Civil (1860-1865) e o sistema norte-americano ter prevalecido sobre o livre-cambismo dos estados sulistas (Arrighi; Silver 2001). Após a crise terminal do CSA britânico, os EUA eram a maior economia do mundo, e “[...] as duas guerras mundiais tinham acarretado uma centralização quase completa da liquidez mundial nas mãos dos Estados Unidos” (Arrighi; Silver 2001, 82). A Segunda Guerra Mundial, não obstante, selou a hegemonia estadunidense, fundada na coerção de capacidades militares incontestes e no consenso de um novo SFI ordenado e regulado. Este novo SFI – Bretton Woods – se baseava na tríade de iniciativas de (i) restrição de mobilidade de capitais internacionais, (ii) câmbio fixo e (iii) autonomia de política monetária (Eichengreen 2011). Segundo Arrighi & Silver:

Esse confronto [a Segunda Guerra Mundial] logo se traduziu na criação de uma nova ordem mundial – uma ordem já então centrada nos Estados Unidos e organizada por eles. Quando terminou a Segunda Guerra Mundial, os contornos principais da nova ordem já se haviam configurado: em Bretton Woods estabeleceram-se as bases de um novo sistema monetário; em Hiroshima e Nagasaki, novos recursos de violência demonstraram os alicerces militares da nova ordem; em São Francisco, novas regras e normas para legitimar a condução do Estado e da guerra foram explicitadas na Carta da Organização das Nações Unidas (ONU) (Arrighi; Silver 2001, 90).

Sendo assim, de 1945 a 1973, o CSA norte-americano passou por sua última fase de expansão material, concomitantemente a seu período hegemônico, no qual elementos de coerção e consenso sustentavam esse período de certa harmonia capitalista. Mas, como visto anteriormente, expansões materiais no capitalismo são insustentáveis no longo prazo, uma vez que crises do capital fazem a produção cair e desestimulam a reposição de capital circulante. No interior de cada expansão material já jaz as contradições que a levarão à sua superação:

O resultado desse incentivo e organização foi uma nova expansão do comércio e da produção mundiais – a chamada Era Dourada do Capitalismo

das décadas de 1950 e 1960. Como as expansões análogas ocorridas sob as hegemônias britânica e holandesa, também essa expansão terminou em uma crise hegemônica. Quando ficou claro, por volta de 1970, que o exército norte-americano estava a caminho de uma derrota humilhante no Vietnã e que o sistema monetário norte-americano, controlado por Bretton Woods, estava prestes a entrar em colapso, a hegemonia dos Estados Unidos entrou em uma crise prolongada – uma crise que, apesar dos problemas ainda maiores e do colapso da URSS, ainda não se resolveu (Arrighi; Silver 2001, 97).

Desta forma, o longo *boom* da economia mundial pós-1945 se encerrou em 1973 com uma crise de compressão de lucros muito à semelhança da Longa Depressão de 1873-1896, uma vez que a crise de 1973 iniciou um período de pressão sobre os lucros até 1996 e marcou a crise sinalizadora do CSA norte-americano e, portanto, sua expansão financeira (Visentini 1992). Junto ao fim da expansão material estadunidense, 1973 também encerrou a hegemonia dos EUA, haja vista que o SFI pós-1945 proposto por Washington se tornou insustentável, purgando o elemento de consenso da hegemonia norte-americana (Arrighi 2013; Arrighi; Silver 2001).

Outrossim, infere-se dois elementos que caracterizaram este ciclo: (i) seu regime de acumulação e (ii) seu sistema político-diplomático. O regime de acumulação do ciclo norte-americano se baseou em um tipo intensivo, no qual, além da internalização dos custos de proteção e produção, também ocorreu a internalização dos custos de transação. Sendo assim, o regime de acumulação estadunidense era baseado em grandes empresas multinacionais verticalmente integradas, as quais eram auxiliadas pelas expansões de crédito do Tesouro Americano, desde 1789. Finalmente, os EUA foram responsáveis pela mundialização do equilíbrio de poderes, por meio do Sistema de Alta (1945-1991), no qual o concerto mundial se tornou, pela primeira vez, bipolar (Arrighi 2013; Kennedy 1988).

Contudo, foi possível identificar duas causas comuns a todas as crises sistêmicas, sejam elas sinalizadoras ou terminais: (i) um componente militar de disputa interestatal e (ii) um componente de instabilidade das finanças. Ambos os componentes podem ser controlados e contidos no desenvolvimento de cada CSA por meio de equilíbrio de poderes e de sistemas monetários regulados, respectivamente, mas, períodos dominantes e/ou hegemônicos, como visto, são insustentáveis no longo prazo. De acordo com Arrighi (2008, 243):

[...] as guerras tiveram um papel muito importante nisso [nas transições de CSAs]. Em pelo menos dois casos (da Holanda para a Grã-Bretanha e da Grã-Bretanha para os Estados Unidos), a realocação do capital excedente

de centros maduros para centros emergentes começou muito antes da escalada dos conflitos entre Estados (Arrighi 2008, 243).

Entretanto, o componente da instabilidade financeira pode ser compreendido, igualmente, como um agente cíclico:

A instabilidade surge quando as dívidas não podem ser pagas, e a finança deixa de ser sadia para se tornar especulativa. Esta seria a base subjetiva da instabilidade. Mas há também um fundamento objetivo, ou seja, o fato de que o dinheiro de crédito emitido pelos bancos não pode ser validado pelo retorno do investimento que ele financiou. Há problemas com os investimentos, que não permitem honrar as dívidas (Corazza 1994, 127).

Todavia, apenas estes dois componentes não bastam para uma crise sistêmica desde a internalização dos custos de produção na sucessão de CSAs, isto é, desde o ciclo britânico. Se no período da acumulação primitiva de capital, as crises sistêmicas dos ciclos ibero-genovês e holandês tiveram um estopim circunstancial – como uma derrota militar ou uma mudança de conjuntura –, no período do capitalismo maduro, as crises sistêmicas têm mais uma causa: a própria crise do capitalismo (Arrighi 2013), sendo esta de compressão de lucros ou de subconsumo (Sweezy 1983). É importante notar, neste contexto de crises do capitalismo, que crises de compressão de lucros dão início a longos período de retração e de expansão financeira e, logo, podem se caracterizar como crises sinalizadoras *per se*; enquanto crises de subconsumo derrubam a produção e o emprego e marcam a transição de um ciclo para o outro e, logo, podem se caracterizar como crises terminais *per se* (Arrighi 2013; 2008).

## A Expansão Financeira Norte-Americana e a Expansão Material do Leste Asiático

De 1973 a 1993, ocorreu um período de estagnação econômica nos mercados capitalistas mais avançados – no núcleo orgânico do Sistema-Mundo –, período que Arrighi cunhou como a “[Segunda] Longa Retração” à semelhança da primeira longa retração de 1873-1896, a qual também se iniciou com uma crise de compressão dos lucros que, também, foi a crise sinalizadora do CSA predecessor (Arrighi 2013). Estas duas décadas de estagnação e retração da economia mundial podem ser caracterizadas como um período de (i) retração do comércio internacional devido à flexibilização das taxas de câmbio, (ii) de desvalorização do dólar após o fim do padrão-ouro e (iii) de instabilidade financeira e cambial devido ao retorno da livre

mobilidade de capitais internacionais (Arrighi 2008). Sendo assim, pelos aspectos elencados, o que vigorou na economia mundial pós-1973 é um não sistema financeiro internacional, isto é, um sistema sem regulamentação e altamente instável (Eichengreen 2011).

De 1973 a 1981, houve um primeiro momento de franca crise, inflação e desvalorização do dólar. A taxa de lucro das empresas norte-americanas era declinante e a competição internacional com empresas alemãs e japonesas dificultavam a recuperação dos EUA. Da década de 1970 à de 1990, este cenário macroeconômico pode ser resumido da seguinte forma:

[...] as empresas norte-americanas começaram a se reestruturar para competir de modo mais eficaz com as empresas japonesas na exploração das ricas jazidas de mão-de-obra e de recursos empresariais da Ásia oriental, não apenas com investimentos diretos, mas também, e sobretudo, com todo tipo de sistemas de terceirização em estruturas organizacionais de integração frouxa. [...], essa tendência levou à substituição das grandes empresas verticalmente integradas, a exemplo da General Motors, por grandes empresas terceirizadas, como o Wal-Mart, como principais organizações empresariais norte-americanas (Arrighi 2008, 353).

Pelo exposto, fica evidente outra tendência de qualquer expansão financeira: o processo de desindustrialização, uma vez que a classe capitalista não tem mais incentivos para repor o capital circulante e foge para o capital portador de juros. De fato, “[...] o principal responsável pela persistência da estagnação comparativa de 1973 a 1993 foi o fracasso das empresas e dos governos capitalistas em restaurar o nível anterior de lucratividade com a eliminação da capacidade excedente” (Arrighi 2008, 115). Uma vez que era impossível restaurar o nível de lucratividade com atividades do capital industrial, a resposta lógica da classe capitalista estadunidense, e igualmente do próprio governo dos EUA, era recuperar a lucratividade no capital financeiro, em empréstimos internacionais e investimentos estrangeiros (Arrighi 2008).

De acordo com Arrighi (2008, 158) “[...] a virada se deveu, em primeiro lugar, não ao crescimento comparativamente mais lento do salário real norte-americano, mas à reorientação geral da economia dos Estados Unidos para aproveitar ao máximo a financeirização, tanto nacional quanto mundialmente”. Neste contexto, a partir de 1981, a estratégia estadunidense se reorientou para elevação das taxas de juros internas e para supervalorização do dólar, atraindo capital externo às custas das empresas nacionais. Em consonância a este movimento, em 1985, EUA, Alemanha e Japão firmaram o Acordo Plaza, no qual os EUA coagiram os governos concorrentes a

valorizarem suas moedas em relação ao dólar, para manter a competitividade internacional das empresas norte-americanas. Esta manobra monetária demonstrou, claramente, a capacidade de coerção dos EUA, mas a ausência de consenso (Arrighi 2008).

A partir de 1989, a expansão financeira norte-americana ganhou um novo impulso com uma onda de desregulamentação dos mercados nacionais em uma miríade de Estados da periferia e da semiperiferia do Sistema-Mundo. Relações de trabalho foram flexibilizadas, barreiras protecionistas foram derrubadas, estatais privatizadas, moedas desvalorizadas, câmbios liberados e investimentos estrangeiros aceitos. Esta onda liberalizante atingiu principalmente o Leste europeu, a América Latina e a África. Para Arrighi, este período deu fôlego à expansão financeira do CSA norte-americano:

O colapso da União Soviética e a privatização selvagem realizada sob o título de ‘terapia de choque’, e aconselhada por potências capitalistas e instituições financeiras internacionais, foi um episódio importante da liberação a preço de banana de ativos até então inacessíveis. Entretanto, teve a mesma importância a liberação de ativos desvalorizados em outros países de baixa renda [na América Latina e África] na esteira das crises financeiras que marcaram a liberalização dos fluxos de capital nas décadas de 1980 e 1990 (Arrighi 2008, 234).

Contudo, enquanto o núcleo orgânico do Sistema-Mundo passava por uma expansão financeira, às margens do raio de ação dos EUA, ascendia a expansão material do leste asiático, a qual iniciara desde, pelo menos, a década de 1950. Esta expansão material, diferentemente das antecessoras, é espalhada geográfica e politicamente, tendo dois centros dinâmicos principais: a República Popular da China (RPC) e o Japão, junto à sua zona de cooperação – Hong Kong, Cingapura, Coreia do Sul, Taiwan, Malásia, Indonésia, Filipinas e Tailândia. No entanto, enquanto o Japão, e sua periferia, mantiveram sua soberania atrelada aos EUA no pós-guerra, a RPC era, e continua sendo, um Estado soberano e, logo, paulatinamente, se tornou o principal centro dinâmico da expansão material do leste asiático (Arrighi 2008).

A reincorporação da RPC de volta à cena internacional se iniciou em 1971, quando esta é admitida na ONU e suplanta Taiwan (República da China) no Conselho de Segurança. Em 1979 tem início uma série de reformas econômicas com o objetivo de modernizar o campo e abrir o país ao capital estrangeiro de maneira gradativa (Damas 2014). Arrighi sintetiza este momento da seguinte forma:

[...] a reincorporação da China continental nos mercados regionais e globais recolocou em jogo uma nação cujas dimensões demográficas, cuja

abundância de recursos empresariais e de mão-de-obra e cujo potencial de crescimento ultrapassaram facilmente os de todas as outras nações atuantes na região, inclusive os Estados Unidos (Arrighi; Silver 2001, 276).

De 1979 a 1989, a expansão econômica da RPC se baseou em três pilares: a liberação do mercado nacional aos poucos, a reforma agrária e o investimento em educação. Estes três elementos deram dinamismo à economia chinesa sem proletarizar a população camponesa ou comprometer a soberania do país. Assim, “[q]uando a ascensão chinesa ganhou ímpeto próprio na década de 1990, o capital japonês, norte-americano e europeu correu para China com mais intensidade ainda” (Arrighi 2008, 358). Porém, é importante salientar que a RPC ainda é um país socialista, conquanto tenha se aberto ao capital estrangeiro, haja vista que a economia é guiada por planos quinquenais de execução (Damas 2014; Pettis 2013).

Neste âmbito, sendo um país de orientação socialista, a RPC demanda vultosas somas de poupança externa para sustentar sua expansão material, e, como qualquer outra expansão material predecessora que se utilizou da expansão financeira de um CSA declinante, a expansão material do leste asiático se financia a partir da expansão financeira norte-americana. Entretanto, esta relação, que em transições passadas se caracterizaram por um ciclo virtuoso, tornou-se uma simbiose interdependente entre os EUA e a RPC. Este comportamento pode ser resumido da seguinte forma:

Essa simbiose macroeconômica existente principalmente entre os Estados Unidos e a China, evidente após o ano de 2002, quando a China passou a apresentar crescentes superávits em conta-corrente, e o excesso de consumo das famílias norte-americanas era saciado pelo excesso de oferta proveniente da China, funcionou bem até 2008 (Damas 2014, 106).

Essa simbiose interdependente se dá tanto pela necessidade de crescimento econômico por parte da RPC, quanto pela sustentação da expansão financeira norte-americana:

Por enquanto, os financiadores mais importantes do déficit norte-americano em transações correntes foram os governos da Ásia oriental, que se dedicaram a compras maciças de títulos do Tesouro norte-americano e a acumular reservas em dólar – em primeiro lugar os japoneses, mas também os chineses, em nível cada vez mais significativo (Arrighi 2008, 202).

A partir de 1993, quando a lucratividade das empresas norte-americanas voltou a subir, junto ao *boom* econômico do leste asiático, o Banco

Central estadunidense (Fed), em 1995, se sentiu à vontade para valorizar o dólar a níveis anteriores a 1971, em uma manobra conhecida como Acordo Plaza invertido. Disto decorrem duas consequências: nova atração de capital em direção ao EUA e uma crise cambial no leste asiático em 1997. Assim, “[e]ssa inundação de capital estrangeiro nos Estados Unidos e a valorização do dólar a ela associada foram ingredientes essenciais para transformar o *boom* do valor dos ativos anterior a 1995 na bolha que veio em seguida [no início do século XXI]” (Arrighi 2008, 122). Por outra parte, o trauma da crise asiática de 1997, causada pelo Acordo Plaza invertido, fez com que as economias emergentes asiáticas passassem a acumular “[..] uma grande quantidade de reservas internacionais como proteção a futuras reversões de capitais, ou fenômeno comumente conhecido como *sudden stops*, alterando seus modelos de crescimento econômico para se tornarem mais voltadas para exportações” (Damas 2014, 21).

Sendo assim, ao unirem-se as duas pontas do processo – a expansão financeira norte-americana e a expansão material do leste asiático –, evidenciam-se as duas causas que levaram ao cenário de superliquidez na economia dos EUA nos anos 2000, cenário que acarretou na crise de 2008. Escrevendo um ano antes da crise de 2008, Arrighi teve “[...] a impressão avassaladora de que a longa retração está longe de acabar e que, na verdade, o pior ainda está por vir” (Arrighi 2008, 124). Desta forma, o autor já identificava que a simbiose interdependente entre EUA e RPC tinha componentes viciados:

Segue-se que a *belle époque* norte-americana da década de 1990 baseou-se num círculo virtuoso que, a qualquer momento, podia se tornar vicioso. Esse círculo virtuoso, mas potencialmente vicioso, baseava-se na sinergia de duas condições: a capacidade dos Estados Unidos de se apresentar como responsáveis pelas funções globais de mercado de último recurso e como potência político-militar indispensável; e a capacidade e disposição do resto do mundo de fornecer aos Estados Unidos o capital de que estes precisavam para continuar exercendo essas duas funções em escala cada vez maior (Arrighi 2008, 204).

## A Crise de 2008 e os Elementos de Uma Transição

A crise de 2008 pode ser colocada dentro do contexto da expansão financeira dos EUA. Desde que a instabilidade das finanças internacionais foi reativada após o desmantelamento de Bretton Woods, em 1973, uma miríade de

economias em desenvolvimento foi afetada por crises cambiais e financeiras<sup>6</sup> (Eichengreen 2011). Enquanto estas crises não atingiam o centro da economia mundial, a maneira americana de conduzir as finanças internacionais parecia funcional. Como visto, a partir de 1995, com a revalorização do dólar, a economia estadunidense vivenciou um novo *boom* de crescimento, devido à “[...] entrada de capital provocada pelo ‘Acordo Plaza invertido’ e pelo regime de crédito fácil do Fed [...]” (Arrighi 2008, 123).

Com uma economia superaquecida, os EUA passaram por dois eventos que preocuparam as autoridades monetárias nacionais: uma pequena bolha no mercado de ações (bolha da internet) e os atentados de 11 de setembro. Para evitar uma retração econômica, o Banco Central dos EUA baixou ainda mais as taxas de juros domésticas, inundando o mercado com crédito barato (Damas 2014). Em resumo:

Após o estouro da bolha da internet no ano 2000 e os atentados de 11 de setembro de 2001, o governo norte-americano passou a adotar uma política fiscal expansionista com pesados gastos governamentais, principalmente em defesa nacional, concomitantemente com a implementação de pacotes de estímulos fiscais e cortes de impostos. O presidente do Banco Central dos Estados Unidos, Alan Greenspan, passou a praticar uma política monetária expansionista com reduções nas taxas de juros (Damas 2014, 226).

Por fim, um último evento foi crucial para a espiral de alta liquidez que desencadeou a crise de 2008: a intervenção dos EUA no Iraque. A partir de 2003, os EUA intervieram no Iraque com o objetivo de realizar uma manobra cirúrgica de *regime change*, utilizando uma força expedicionária reduzida e capacidade militar de última geração. O problema era como financiar a guerra. “Como não era possível aumentar impostos, havia limites para novos empréstimos externos e a guerra não estava se pagando; os privilégios de senhoriagem norte-americanos tornaram-se a principal fonte de financiamento das guerras de Bush” (Arrighi 2008, 207). Este meio de financiamento mediante a emissão de títulos públicos “[...] aumentou ainda mais a dívida externa dos Estados Unidos e sua vulnerabilidade à fuga de capitais” (Arrighi 2008, 236), e, ademais, recrudescer a interdependência simbiótica da economia estadunidense para com as economias emergentes do Leste da Ásia. Arrighi, neste contexto, classifica tal interdependência simbiótica como um ciclo vicioso:

---

6 Crise da Dívida na América Latina e África (década de 1980), crises cambiais do México (1994), do leste asiático (1997), da Rússia (1998), do Brasil (1999) e da Argentina (2001) (Eichengreen 2011).

Quanto mais a situação no Iraque piora, mais o governo Bush se torna dependente desse vício para impedir que tudo piore também na frente econômica e social interna. Daí a relutância do governo em pressionar a China a valorizar o iuane, os elogios ao plano quinquenal do PCC de 2005 e, em termos mais gerais, a discrição, maior que a do Congresso, das queixas contra a inundação de produtos chineses no mercado norte-americano e os empregos norte-americanos perdidos para a China (Arrighi 2008, 312).

O quadro de superliquidez na economia norte-americana era, praticamente, irreversível, uma vez que a simbiose macroeconômica entre EUA e leste asiático retroalimentava as baixas taxas de juros estadunidenses e a alta produtividade de economias emergentes, tais como a RPC. Isto ficou evidenciado a partir de dezembro de 2001, quando foi aprovada a admissão da RPC na Organização Mundial do Comércio (OMC), iniciando um ciclo de alta demanda por *commodities* para suprir a produção industrial chinesa. De 2003 a 2008, estava formada a bolha internacional de produção chamada de *saving gluts*, isto é, uma crise de subconsumo. Damas (2014, 21) a resume da seguinte maneira:

Algumas economias emergentes, principalmente na Ásia, acumularam uma grande quantidade de reservas internacionais como proteção a futuras reversões de capitais, ou fenômeno comumente conhecido como *sudden stops*, alterando seus modelos de crescimento econômico para se tornarem mais voltadas para exportações. Ao fazerem isso, os governos dessas nações canalizaram seus excedentes por meio do mercado de capitais internacional, investindo-os principalmente em títulos de longo prazo emitidos pelos Estados Unidos. Com maior demanda por esses títulos, as taxas de juros implícitas atreladas a eles caíram além do razoável, incentivando assim maior endividamento das famílias norte-americanas e inflando os preços dos ativos, principalmente do setor imobiliário. Maior endividamento das famílias norte-americanas e menor poupança doméstica privada seriam então uma resposta aos efeitos de uma maciça entrada de capitais nos Estados Unidos. [...]. Os comportamentos dos agentes econômicos norte-americanos e seus consumidores, segundo a teoria dos *saving gluts*, seriam afetados por medidas tomadas por outros países.

No entanto, como qualquer crise do capitalismo, a demanda não pode crescer indefinidamente, o crédito norte-americano não pode se tornar inelástico e, eventualmente, o endividamento aflora como uma manifestação da crise, porque, como Arrighi (2008, 208) previu “[a]o que parece, o ‘maior calote da história’ ainda está para acontecer”. De 2003 a 2008, a

superliquidez no mercado estadunidense se manifestou por meio de uma bolha imobiliária, na qual o consumo das famílias era sustentado pelo crédito acessível, investimentos em imóveis de preços inflados e, claro, na compra de mercadorias baratas da expansão material do leste asiático. “Os Estados Unidos tinham uma bolha imobiliária. Quando a bolha estourou e os preços das casas caíram dos níveis estratosféricos em que estavam, um número cada vez maior de proprietários se sentiu ‘afogado’. Eles deviam mais em hipotecas do que o valor das suas casas” (Stiglitz 2010, 36).

A única possibilidade de manter este estado de crescimento desenfreado constante seria se os preços dos imóveis continuassem a subir, fomentando mais empréstimos e investimentos, no entanto, “[q]uando a oferta de ativos imobiliários excedeu a demanda, o preço dos imóveis começou a cair, fazendo aumentar a inadimplência dos tomadores desprivilegiados, os chamados *subprime*” (Damas 2014, 238). O estopim da crise se deu em 15 de setembro de 2008, quando o governo norte-americano decidiu não salvar um dos maiores bancos do país, o Lehman Brothers (Stiglitz 2010). Logo, a bolha imobiliária iniciou uma espiral de falências, desemprego, queda da renda e da produção. Como põe Stiglitz (2010, 38):

A demanda caiu, à medida que as famílias viram entrar em colapso o valor das suas casas (e também o das ações que possuíam) e sua própria propensão a contrair empréstimos. Ocorreu um ciclo negativo de estoques: os mercados de crédito congelaram, a demanda caiu e as empresas reduziram seus estoques o mais rapidamente possível.

A crise logo se alastrou pelo resto do mundo não só porque “[...] quase a quarta parte das hipotecas dos Estados Unidos havia ido para o exterior” (Stiglitz 2010, 61), mas também porque a retração da demanda dos EUA contraiu a produção industrial do leste asiático (Damas 2014). A crise de 2008, como em um golpe só, derrubou toda a produção mundial, causada pela incapacidade do capitalismo gerar uma demanda condizente com a oferta, qualificando-se, portanto, como uma crise de subconsumo (Sweezy 1983).

Assim, é possível identificar duas causas nas crises sistêmicas, sejam elas sinalizadoras ou terminais: (i) aumento dos gastos militares por parte do Estado dominante e (ii) aumento da instabilidade financeira internacional. Além destas duas causas comuns a todos os CSAs, há uma terceira causa típica das crises dos CSAs do capitalismo maduro: (iii) a própria crise do capital. Observando-se mais atentamente às crises mais recentes (1873, 1929 e 1973), nota-se, então, o padrão de que crises de compressão de lucros são

crises sinalizadoras, por inaugurarem períodos de expansão financeira, e crises de subconsumo são crises terminais, por abalarem a produção geral de mercadorias e encerrarem um CSA (Arrighi 2013; Sweezy 1983).

Analisando-se a crise de 2008 nos pontos estudados neste trabalho, chega-se a elementos comuns que a classificam como uma crise sistêmica: (i) o aumento dos gastos militares por parte do Estado dominante é equivalente à empreitada militar estadunidense no Iraque a partir de 2003; (ii) o aumento da instabilidade financeira internacional está presente desde o desmantelamento de Bretton-Woods em 1973 e afetou uma miríade de Estados em desenvolvimento até atingir os próprios EUA; (iii) finalmente, estes dois elementos conjuntos desencadearam a própria crise do capital em 2008. Sendo assim, a crise de 2008, segundo este trabalho, é uma crise sistêmica e, ademais, é a crise terminal do CSA norte-americano, uma vez que se trata de uma crise de subconsumo, à semelhança da crise de 1929.

Arrighi reconhecia que os eventos do início do século XXI estavam precipitando a crise terminal do ciclo estadunidense, porque “[...] assim como as dificuldades dos Estados Unidos no Vietnã precipitaram a crise sinalizadora da hegemonia norte-americana, é bem provável que se considere, em retrospecto, que as dificuldades dos Estados Unidos no Iraque precipitaram sua crise terminal” (Arrighi 2008, 194). Em sua última obra, embora ainda não reconhecesse que se tratasse da crise terminal do CSA norte-americano, Arrighi afirmou que as políticas externa e macroeconômica de George W. Bush poderiam levar ao fim do quarto ciclo do Moderno Sistema Mundial:

Em resumo, longe de lançar as bases para um segundo século norte-americano, a ocupação do Iraque comprometeu a credibilidade do poderio militar dos Estados Unidos, reduziu ainda mais a centralidade do país e da moeda na economia política global e fortaleceu a tendência à promoção da China como alternativa à liderança norte-americana na Ásia oriental e em outras regiões. Seria difícil imaginar fracasso mais rápido e completo do projeto imperial neoconservador. Mas se a aposta do governo Bush na supremacia global tem grandes chances de entrar para a história como uma das várias “bolhas” que marcaram a crise terminal da hegemonia norte-americana, sua explosão transformou, mas não eliminou, as circunstâncias históricas mundiais que geraram o Projeto para o Novo Século Norte-Americano. Embora não sejam mais hegemônicos no sentido em que vimos usando a palavra, os Estados Unidos continuam a ser a potência militar predominante no mundo e ainda têm influência considerável no novo “equilíbrio do terror”, que une sua política econômica à dos seus concorrentes e financiadores estrangeiros (Arrighi 2008, 219).

Contudo, apesar de o autor não ter dissertado largamente se 2008 pode ser considerada a crise terminal do CSA estadunidense, ele afirmou, em artigo póstumo, que “[...] o colapso financeiro de 2008 é um dos últimos indicadores de que esse é realmente o caso” (Silver e Arrighi 2011, 55, tradução nossa)<sup>7</sup>, isto é, “[m]elhor dizendo, estamos testemunhando o final do *longo século vinte* [...]” (Silver e Arrighi 2011, 55-56, grifo do autor, tradução nossa)<sup>8</sup>. Assim, se a crise de 2008 é a crise terminal do CSA norte-americano e, sabendo que a transição entre ciclos é ininterrupta, qual o CSA que ascende para substituir o predecessor? Arrighi nos fornece, em parte, algumas alternativas:

[...], o renascimento [do Leste da Ásia] associou-se a uma diferenciação estrutural do poder, na região, que deixou os Estados Unidos controlando a maioria dos canhões, o Japão e os chineses de além-mar controlando a maior parte do dinheiro, e a República Popular da China controlando a maior parte da mão-de-obra. Essa diferenciação estrutural – que não tem precedentes nas transições hegemônicas anteriores – torna extremamente improvável que qualquer Estado isolado que atue na região, inclusive os Estados Unidos, venha a adquirir a capacidade necessária para se tornar hegemônico em termos regionais e globais. Somente uma pluralidade de nações, agindo de comum acordo, terá alguma possibilidade de desenvolver uma nova ordem mundial. É bem possível que essa pluralidade inclua os Estados Unidos e, seja como for, a política norte-americana referente a essa região continuará a ser importante para determinar se, quando e como a nova ordem mundial de base regional irá realmente emergir (Arrighi; Silver 2001, 278).

De fato, como este artigo demonstrou até aqui, a expansão material do leste asiático já rivaliza, como polo de poder, com os EUA, desde 1950. No entanto, a RPC, que é o principal centro desta expansão material, não pode conduzir uma transição de CSA, uma vez que este Estado é um ator socialista e não capitalista. Ainda que a RPC esteja inserida no Sistema-Mundo, ainda opera com uma lógica de mercado socialista, tendo suas instituições financeiras pouco desenvolvidas e com muitas restrições. Não obstante, a expansão material do leste asiático se trata de uma expansão esparsa geograficamente, não centrada em um único Estado, ainda que todos os Estados orbitem o peso econômico da RPC. Desta forma, como conciliar, nesta transição de CSA, uma expansão financeira interminável e uma expansão material contida?

---

7 “[...] 2008 financial meltdown is one of the latest indicators that this is indeed the case (Silver e Arrighi 2011, 55).

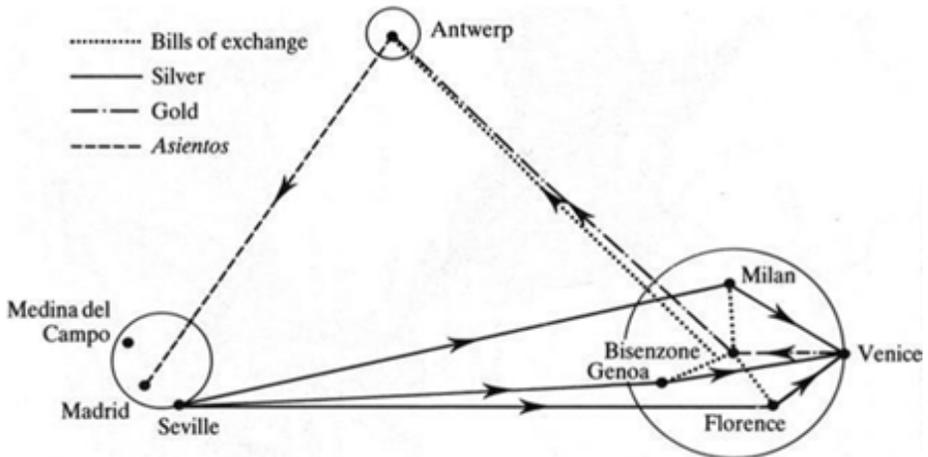
8 “Put differently, we are witnessing the end of the long twentieth century [...]” (Silver e Arrighi 2011, 55-56).

A solução parece estar na afirmação de que “[s]omente uma pluralidade de nações, agindo de comum acordo, terá alguma possibilidade de desenvolver uma nova ordem mundial” (Arrighi; Silver 2001, 278).

A análise da ascensão e do desenvolvimento da expansão material do leste asiático parece confirmar o caráter simbiótico e dicotômico da atual conjuntura da economia mundial, “[...] uma relação simbiótica com os Estados Unidos e a disputa atual parece conter elementos de renegociação do ‘pacto’ econômico entre ambos” (Visentini 2019, 21), isto é, a RPC e os EUA. Neste sentido, a partir de 2008, o que se configura é um novo CSA, um ciclo sino-americano e, portanto, de maneira inédita desde 1648, um ciclo dicotômico. De fato, o exemplo histórico do ciclo ibero-genovês (1453-1648) fornece comparações com o novo ciclo sino-americano ascendente. As principais características a serem destacadas são (i) um ciclo dicotômico e simbiótico de acumulação, (ii) um período não hegemônico do Sistema-Mundo e (iii) o aumento da multipolaridade – porém, desta vez, sem aumento das tensões militares internacionais.

Em relação ao primeiro item, é interessante notar que a dicotomia entre Gênova e Espanha atingiu um nível mais simbiótico a partir da expansão financeira do primeiro CSA (1557-1648), período no qual as finanças genovesas foram afetadas por uma série de crises, todas com “origem na Espanha” (Arrighi 2013, 129), tal como a crise de 2008 teve seu nascedouro no movimento de *saving gluts* do leste asiático (Damas 2014; Pettis 2013). Além desta semelhança na origem das crises, a macroeconomia simbiótica do ciclo ibero-genovês é semelhante à macroeconomia simbiótica do ciclo sino-americano.

Figura 2: O Espaço-de-Fluxos Genovês, fim do século XVI e início do XVII



Fonte: Boyer-Xambeau; Deplace; Gillard (1991, 328).

De acordo com a figura 2, a expansão financeira ibero-genovesa (1557-1648) se baseou na concessão de asientos (monopólios de comércio) por parte da Espanha à Gênova “[...] que lhes davam o controle quase completo da oferta de prata da América em Sevilha, em troca de ouro e outras ‘moedas boas’ entregues em Antuérpia [...]” (Arrighi 2013, 134). Assim, a triangulação entre norte da Itália, Antuérpia e Espanha parece ser facilmente replicável ao caso sino-americano: em vez de ouro e prata, dólares; em vez de letras de câmbio, títulos do tesouro americano; e, em vez de asientos, investimentos estrangeiros diretos.

Em relação ao segundo item deste novo CSA, como foi analisado neste trabalho, hegemonias são eventos raros no Sistema-Mundo. De fato, de 1453 a 2008, em 555 anos de história do Sistema-Mundo, apenas 192 anos<sup>9</sup> foram de períodos hegemônicos, ou seja, apenas 34% da História do Moderno Sistema Mundial. Ademais, como também já fora pontuado, o CSA ibero-genovês não foi incapaz de desenvolver uma hegemonia por, além de ser dicotômico, não ofertar bens públicos internacionais que lhe garantisse consenso ante às demais potências (Arrighi; Silver 2001). À semelhança, o simples fato do ciclo sino-americano ser um ciclo dicotômico impossibilita a ascensão de uma hegemonia na atual conjuntura internacional.

Ademais, ambos os Estados desta simbiose – EUA e RPC –, embora

<sup>9</sup> 65 anos de hegemonia holandesa (1648-1713), 99 anos de hegemonia britânica (1815-1914) e 28 anos de hegemonia estadunidense (1945-1973) (Arrighi; Silver 2001).

sejam potências militares, se mostram indispostos a ofertar o bem público que o Sistema-Mundo mais demanda: um novo SFI ordenado e hierarquizado. Desde o esfacelamento de Bretton-Woods em 1973, os EUA e as demais potências capitalistas reorganizaram a governança financeira internacional mediante antigas instituições, de maneira frouxa e pouco coesa. Até 2008, a governança financeira era executada pela tríade FMI-G7-OMC, sendo o FMI (Fundo Monetário Internacional) responsável pela estabilidade monetária, o G7 (Alemanha, Canadá, EUA, França, Itália, Japão e Reino Unido) responsável pela harmonização de políticas macroeconômicas e a OMC responsável pela regulação do comércio (Visentini 2015).

Não obstante, a RPC tampouco busca rivalizar os EUA para construir uma hegemonia. Como bem pontua Visentini (2013, 114):

Mas o “problema chinês” é como alcançar o desenvolvimento através da integração de 22% da população mundial aos benefícios da modernidade, sem que o sistema internacional entre em colapso. Para que ele se transforme gradualmente, a China busca evitar hegemonias, tanto a dos Estados Unidos como a sua própria, pois nesse último caso, ela poderia ter a mesma sorte que a Alemanha nas duas guerras mundiais. Não se trata de uma tarefa fácil, pois a China se move em meio à fluidez diplomática do pós-Guerra Fria e ao envelhecimento do capitalismo contemporâneo em seus centros históricos.

Desta forma, a RPC busca consentimento na base da autoridade moral e não coerção na base da hegemonia. O Estado chinês parece entender que o século XXI necessita de elementos anárquicos do Sistema Internacional e de elementos de hierarquia de um Sistema Hegemônico (Visentini 2013).

Finalmente, o maior legado da crise de 2008 para o novo CSA sino-americano é o aumento da multipolaridade sem aumento das tensões militares internacionais. Isto ocorre pela concentração das capacidades militares e o dos meios de coerção nos EUA, um Estado, em termos econômicos, em declínio, ao mesmo tempo, que a RPC, ascendente em termos econômicos, apenas busca asseverar sua soberania sem rivalizar com as capacidades bélicas dos EUA. Além disso, os EUA que, na época da Guerra Fria tinha uma política externa e de segurança de contenção à URSS, após 1991, esta política externa se tornou não direcionada. Isto se reflete de maneira evidente na ausência de uma estratégia direcionada à RPC até 2016 “[...] ilustrada pelas posições radicalmente contrastantes de Robert Kaplan, Henry Kissinger e James Pinkerton” (Arrighi 2008, 292).

A partir de 2016, ainda que haja um certo atrito, “[...] a disputa atual parece conter elementos de renegociação do ‘pacto’ econômico entre ambos”

(Visentini 2019, 21). As eventuais rivalidades que possam ocorrer na simbiose EUA-RPC, dificilmente, escalarão para um dilema de segurança, não apenas pela interdependência econômica entre os dois Estados, mas também pelo aumento do núcleo orgânico do Sistema-Mundo que ocasiona, desta forma, um aumento na multipolaridade e um aumento na própria interdependência econômica de novos atores emergentes. Logo, a crise de 2008 alterou a tríade de governança financeira FMI-G7-OMC para FMI-G20-OMC, uma vez que o Norte desenvolvido percebeu que a harmonização de políticas macroeconômicas deveria ser ampliada às demais economias emergentes. Este crescimento de importância do G20 a partir de 2008 recrudescerá a multipolaridade e constrangerá atitudes unilaterais no Sistema-Mundo ao incluir África do Sul, Alemanha, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, RPC, Coreia do Sul, EUA, França, Índia, Indonésia, Itália, Japão, México, Reino Unido, Rússia e Turquia, mais a União Europeia, no Núcleo Orgânico (Silver e Arrighi 2011).

A última evidência que corrobora o aumento da multipolaridade no Sistema-Mundo na conjuntura pós-2008 são as clivagens na estrutura política e econômica no sistema internacional. Para Visentini (2019), há quatro níveis, sendo três destes destacados no G20: o eixo militar-rentista anglo-saxão, o eixo industrial desenvolvido e o eixo industrial heterodoxo emergente. O primeiro grupo da política internacional contemporânea se aglutina no eixo militar-rentista anglo-saxão: Estados Unidos, Canadá, Reino Unido, Austrália, Nova Zelândia e, tangencialmente, Israel, eixo representado pelos Estados da expansão financeira do CSA norte-americano. O segundo é o eixo industrial desenvolvido da União Europeia, Japão e Tigres Asiáticos, eixo representado, em parte, pelos Estados da expansão material do pós-guerra, que mantêm sua soberania atrelada aos EUA.

Enfim, o terceiro eixo é integrado pelas grandes nações do BRICS, especialmente a China e a Rússia, além da Turquia e do Irã, onde as estruturas de poder e a participação do Estado na economia é relevante, ou seja, os Estados da semiperiferia, sobremaneira, a RPC, o Estado protagonista da expansão material do leste asiático. Nesta clivagem político-econômica em nível internacional, novamente, demonstra que a multipolaridade não acarreta em tensões militares, uma vez que o objetivo imediato do eixo industrial heterodoxo emergente é evitar um conflito armado de dimensões globais e manter seu desenvolvimento econômico.

Figura 3: Padrão Evolutivo do Capitalismo Mundial

Leading Governmental Organization	Regime Type/Cycle		Costs Internalized			
	Extensive	Intensive	Protection	Production	Transaction	Reproduction
World-state		US	Yes	Yes	Yes	No
Nation-state	British		Yes	Yes	No	No
		Dutch	Yes	No	No	No
City-state	Geno-ese		No	No	No	No

Fonte : Silver e Arrighi (2011, p. 61).

Por fim, embora ainda não seja possível caracterizar os elementos de (i) regime de acumulação e (ii) de sistema político-diplomático do CSA sino-americano, é possível compará-lo com o padrão evolutivo do Sistema-Mundo. De acordo com a figura 3, o regime de acumulação de cada ciclo oscilou entre tipos extensivos e intensivos e, de maneira semelhante ao ciclo ibero-genovês, o ciclo sino-americano parece ser do tipo extensivo, baseado em um império cosmopolita de redes de firmas espalhadas geograficamente, mas subcontratadas e verticalmente estruturadas (Arrighi 2008; Silver e Arrighi 2011).

Ainda de acordo com a figura 3, é possível ver os custos que cada ciclo soube internalizar, sendo o custo de reprodução, isto é, acumular capital sem proletarizar a classe trabalhadora, algo não internalizado. Neste sentido, a RPC parece conseguir internalizar este custo, ao externalizar os custos de financeirização aos EUA (Silver e Arrighi 2011). Com relação a um novo sistema político-diplomático legado por este novo ciclo, por ora, nada parece indicar este fato. À semelhança do ciclo ibero-genovês, que não construiu e promoveu um novo sistema político-diplomático, o ciclo sino-americano tampouco é capaz de edificar um novo sistema, por, justamente ser dicotômico (Arrighi 2013; Kennedy 1988). Como indica a figura 3, mesmo na ausência de

um novo sistema político-diplomático, o novo CSA sino-americano inaugura uma fase de grandes unidades políticas que, tal como um Estado mundial, necessitam realizar uma governança global, como vem ocorrendo na esfera do G20 (Silver e Arrighi 2011). No entanto, o que é fato é que “[...] a ascensão chinesa [...] pode ser considerada o arauto [de uma] maior igualdade e respeito mútuo entre os povos de ascendência europeia ou não [...]” (Arrighi 2008, 383).

## Considerações Finais

Conclui-se, desta forma, que a hipótese de que a crise de 2008 pode ser considerada a crise terminal do CSA é válida e pode representar o fim ao longo século XX. Sendo assim, as características elencadas confirmam os elementos do novo CSA sino-americano, resumido como dicotômico, não hegemônico e multipolar. Não obstante, esta parece ser mais uma evidência de que as transições de ciclos, mudanças de polaridade e de hegemônias não ocorrem, via de regra, mediante conflitos militares, mas sim mediante mudanças na conjuntura político-econômica. Embora a guerra esteja presente na política externa das grandes potências, o conflito bélico não é uma condição *sine qua non* para as transições de CSAs. Basta ver que “[o]s Estados Unidos, por sua vez, não tiveram necessidade de desafiar militarmente a Grã-Bretanha para consolidar seu crescente poder econômico” (Arrighi 2008, 320). O novo CSA sino-americano, desta forma, ascende após a crise terminal estadunidense e se consolida por meio de instituições antigas, tais como a tríade FMI-G20-OMC, até porque “[n]ada parece lograr uma atualização da estrutura das Nações Unidas [...]” (Visentini 2019, 23).

Mediante método analítico-descritivo, e utilizando-se de revisão bibliográfica, fez-se uma revisão dos conceitos de CSA, hegemonia e crises sistêmicas. Portanto, este breve estudo se justifica no sentido de contribuir para o debate e análise de Sistema-Mundo e para a própria teoria de relações internacionais. Como destacou Visentini (2019, 10):

[...] os paradigmas explicativos e a realidade internacionais se tornaram fluídos com o encerramento da Guerra Fria. Assim, o que já era complicado numa fase de liderança reconhecida e de hegemonia, no quadro de uma fase de transição pode ser ainda mais complexo e incerto.

Arrighi (2008, 318) reconheceu a necessidade de conformar a teoria de relações internacionais com os eventos concernentes às práticas econômica e política que transformam o *status quo*:

[...] para ser útil, a teoria das relações entre grandes potências dominantes e emergentes precisa atender a pelo menos duas exigências: tem de se basear nas experiências históricas mais concernentes ao problema estudado e precisa prever a possibilidade do rompimento com as tendências subjacentes.

Por fim, este trabalho não é intangível a críticas, revisões, sugestões, contribuições ou, até mesmo, superação. Espera-se, na verdade, que emerjam novos campos de pesquisa e análise para melhor entender o cenário atual da economia e da política internacional bem como o fortalecimento da teoria das relações internacionais sob a perspectiva do Terceiro Mundo.

## REFERÊNCIAS

- Arrighi, Giovanni. 2013. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contratempo.
- Arrighi, Giovanni. 2010. *The Long Twentieth Century: Money, Power and Origins of Our Times*. London: Verso Books.
- Arrighi, Giovanni; Silver, Beverly J. (org.). 2001. *Caos e Governabilidade no Moderno Sistema Mundial*. Rio de Janeiro: Contratempo
- Arrighi, Giovanni. 2008. *Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI*. São Paulo: Boitempo.
- Boyer-Xambeau, Marie-Thérèse; Deleplace, Ghislain; Gillard, Lucien. 1991. *Banchieri e Principi: Moneta e Credito nell'Europa del Cinquecento*. Turim: Einaudi.
- Braudel, Fernand. 1998. *Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII*. São Paulo, Martins Fontes. v. 3, O tempo do mundo.
- Corazza, Gentil. 1994. *Dinheiro, instabilidade e gestão monetária: de Minsky a Marx*. Ensaios FEE, Porto Alegre, n. 15, p. 111-131.
- Damas, Roberto Dumas. 2014. *Economia chinesa: transformações, rumos e necessidade de rebalanceamento do modelo econômico da China*. São Paulo: Saint Paul.
- Eichengreen, Barry. 2011. *Privilégio exorbitant: A ascensão e a queda do dólar e o futuro do sistema monetário internacional*. Rio de Janeiro: Elsevier Brasil.
- Engels, Friedrich. 2019. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado: em conexão com as pesquisas de Lewis H. Morgan*. São Paulo: Boitempo.

- Gazier, Bernard. 2019. *A crise de 1929*. Porto Alegre: L&PM.
- Gramsci, Antonio. 1971. *Selections from the Prison Notebooks*. Nova York: International Publishers.
- Harvey, David. Giovanni Arrighi obituary. *The Guardian*, London, 8 out. 2009. Available at: <https://www.theguardian.com/education/2009/oct/08/giovanni-arrighi-obituary>. Accessed: 17 mar. 2021.
- Hobsbawm, Eric J. 2011. *A Era dos Impérios, 1875-1914*. São Paulo: Paz e Terra.
- Huberman, Leo. 1979. *História da riqueza do homem*. 15. ed. Rio de Janeiro: Zahar.
- Kennedy, Paul M. 1988. *The rise and fall of the great power: economic change and military conflict from 1500 to 2000*. London: Unwin Hyman.
- Lênin, Vladímir Ilitch. 2017. *O Estado e a revolução: a doutrina do marxismo sobre o Estado e as tarefas do proletariado na revolução*. São Paulo: Boitempo.
- Marx, Karl. 2011. *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo.
- Marx, Karl. 2017. *O Capital: Crítica da economia política: livro 1: o processo de produção do capital*. 2. Ed. São Paulo: Boitempo.
- Pettis, Michael. 2013. *The great rebalancing: trade, conflict, and the perilous road ahead for the world economy*. Princeton: Princeton University Press.
- Sardo, Igor Estima. 2021a. A crise de 2008 sob análise das transições de ciclos sistêmicos de acumulação de Giovanni Arrighi. *Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, 85p
- Sardo, Igor Estima. 2021b. *A crise de 2008 sob análise das transições de ciclos sistêmicos de acumulação de Giovanni Arrighi* [livro eletrônico]. Porto Alegre: Instituto Sul-Americano de Política e Estratégia (ISAPE).
- Silver, Beverly J.; Arrighi, Giovanni. The End of the Long Twentieth Century. In: Calhoun, Craig; Derluguian, Georgi (org). 2011. *Business as usual: the roots of the global financial meltdown*. New York: New York University Press. (Possible futures series; v. 1).
- Stiglitz, Joseph E. 2010. *O mundo em queda livre: os Estados Unidos, o mercado livre e o naufrágio da economia mundial*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Sweezy, Paul Marlor. 1983. *Teoria do desenvolvimento capitalista: princípios da economia política marxista*. São Paulo: Abril Cultural.

Visentini, Paulo Fagundes. Eixos do poder mundial no século XXI: uma proposta analítica. *Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais*, Porto Alegre, v.8, n.15, p. 9-25, jan./jun. 2019.

Visentini, Paulo Fagundes et al. 2013. *Revoluções e Regimes Marxistas: rupturas, experiências e impacto internacional*. Porto Alegre: Leitura XXI.

Vizentini, Paulo G. F. (org.). 1992. *A nova (des)ordem internacional dos anos 80 aos 90*. Petrópolis: Vozes

Wallerstein, Immanuel. 2005. *World-systems analysis: an introduction*. Durham: Duke University Press.

## RESUMO

Este artigo discute os referenciais teórico-conceituais na obra de Giovanni Arrighi, especialmente, ciclos sistêmicos de acumulação e seu impacto sobre as relações internacionais. Tem-se como hipótese que a crise terminal do regime de acumulação norte-americano foi marcada na crise de 2008. Como objetivo principal deste trabalho, pretende-se contribuir para o debate sobre as sucessões de CSAs, crises terminais e sinalizadoras e hegemonias do Sistema-Mundo, mediante um método descritivo-analítico, revisando as principais obras de Giovanni Arrighi sobre o tema. Conclui-se, ao fim, que, de fato, a crise de 2008 se enquadra no conceito de crise terminal e que, logo, um CSA sino-americano surge após a crise financeira, unindo elementos de simbiose, não hegemonia e multipolaridade. Finalmente, este estudo se justifica por aprofundar o debate sobre a economia internacional, a teoria das relações internacionais e a política internacional recente.

## PALAVRAS-CHAVE

Crise de 2008; Ciclos Sistêmicos de Acumulação; Crises Sinalizadora e Terminal; Hegemonias do Sistema-Mundo.

*Recebido em 22 de junho de 2021*

*Aprovado em 07 de junho de 2022*